

Ata da vigésima reunião ordinária do Conselho Concidade.

Aos dez dias do mês de abril de 2012, as 9:15hrs na Associação da Terceira Idade Maria Izabel, dá-se a vigésima reunião ordinária do conselho do CONCIDADE - Conselho das cidades de Itapoá. É passada a lista de presença onde todos assinaram constatando que há quorum. Estão presentes Rafael Vida Almeida, Vera Lúcia Eggert da Maia e Paulo Belo - representantes do poder executivo, José Maria Caldeira, Valdecir de Souza e Jeferson Rubens Garcia - representante do poder legislativo; Sérgio Valle Machado (Redes ao mar), Márcio R. Gonzatto (CEAI/CDL/ACITA) e David Gongora Júnior (Adea) - representantes Setoriais; Sônia C. de Souza (AMBS), Leci Biazi (Aceramgi), Elaine Cristina Alves (Rosamar) - Representantes Territoriais. O presidente Rafael Vida Almeida cumprimenta a todos e informa que o concidade tem novo conselheiro do Rosamar e apresenta a Conselheira Elaine Cristina Alves, questiona a presença da Sr^a Maria Margarida a mesa, Sr^a Maria diz ser a representante legal da Acita e que já informou a presidência por ofício já a dois meses e novamente na data de ontem, O presidente Rafael avisa que para o ofício ter validade é necessário vir acompanhado da ata com as assinaturas, Sr^a Maria informa que era a conselheira e pediu afastamento por problemas de saúde na família e agora retornava, o presidente Rafael reitera que os documentos devem vir acompanhados de ata contendo esta informação, onde ela volta a presidência, há discussão generalizada sobre o assunto, o conselheiro David fala da representatividade, das documentações comprobatórias e do entendimento entre as associações representadas, é feita a votação e todos decidem pela presença do conselheiro Márcio R. Gonzatto a mesa. Rafael pergunta aos conselheiros se todos são a favor da aprovação da ATA da décima nona reunião ordinária do conselho do CONCIDADE, aprovam. Leci diz não haver recebido a ata por não ter mais e-mail e que sequer foi avisada pela secretária do concidade que a reunião foi transferida de data, sendo avisada pelos outros conselheiros. O conselheiro David fala das reuniões desmarcadas em última hora, que todos têm compromissos e sugere que daqui para frente as reuniões sejam sempre na primeira quinta-feira de cada mês e caso o presidente não possa participar deixe pessoa designada para isso. O presidente Rafael pergunta se todos os conselheiros receberam o e-mail com o Regulamento do Serviço de Transporte Coletivo por Ônibus e o Projeto Básico e se tiveram a oportunidade de ler para dar o parecer, o conselheiro David diz que são setenta e três páginas, que foi enviado por e-mail na data de ontem e não houve tempo de ser analisada, nem mesmo de passar a conhecimento dos membros das associações e

ressalta que a população também deve ser ouvida. O conselheiro Márcio propõe que a câmara setorial de acessibilidade, mobilidade e integração regional, se reúna para discutir o assunto, o conselheiro Sérgio propõe que seja feita uma reunião extraordinária para discutir apenas este assunto, todos votam a favor e a reunião fica marcada para o dia vinte e quatro de maio, quarta quinta-feira do mês, o conselheiro David comenta que embora a reunião seja da câmara setorial de acessibilidade é permitido que outros conselheiros participem, o conselheiro Márcio concorda e convida a todos para participarem. O presidente Rafael passa ao assunto seguinte que é a “Exposição de Motivos e Justificativas nº 103/2012 ao projeto de lei que altera a lei municipal nº 139/1996, que declara área de vocação portuária e dá outras providências” onde pede a revogação do parágrafo único do Art 3º, onde diz: *“Parágrafo único. Fica expressamente proibida a movimentação de cargas portuárias de qualquer natureza dentro do perímetro de rodovias urbanas durante o período de instalação do referido porto e também após sua instalação.”*

, comenta que a câmara setorial de produção físico-financeira foi chamada para dar um parecer e os membros pediram que fosse passado assunto à câmara setorial de Acessibilidade, a câmara de acessibilidade reuniu-se e fez considerações a respeito da exposição de motivos. O conselheiro Márcio fala do projeto de lei e da lei municipal nº 139/1996, conta como era Itapoá no início, sem ruas asfaltadas e muito estreitas, os motivos que deram origem a esta lei, da qual foi co-autor, a cidade cresceu passou a ter mais uma pista de asfalto e a lei tornou-se ultrapassada, havendo necessidade de reavaliação. O conselheiro Sérgio parabeniza a forma como foi apresentada esta exposição de motivos, com o projeto de lei e os pareceres jurídicos e técnicos. O conselheiro David pede tempo para poder estudar, uma vez que acabou de receber as ponderações da câmara, e precisa repassar aos membros das associações que representa para poder falar em nome deles o parecer e pede que o parecer seja lido em voz alta. O conselheiro Sérgio discorda do conselheiro David, uma vez que foram escolhidos pelas associações para representá-las, comenta que os representantes das câmaras setoriais foram eleitos por eles, que os consideraram aptos a darem seus pareceres. A conselheira Vera agradece ao conselheiro Sérgio pelo elogio a entrega do material, entende o comentário do conselheiro David e pede que o parecer seja lido em voz alta. O presidente Rafael lê o parecer da Câmara Setorial de Acessibilidade. O conselheiro David lê novamente o parágrafo terceiro do parecer e pergunta a todos os conselheiros como isto afetará a cidade durante a temporada de férias, pois não haverá distinção e no futuro a cidade terá problemas. A conselheira Vera diz que esta também é uma preocupação dela, com o tráfego excessivo de veículos na cidade, mas para resolver isso, basta criar um quadro de horários que limitem a passagem destes veículos pesados em determinados horários, para isso têm o código de posturas do município. Conta que já tentaram fazer isto no passado, mas com a

existência das casas de materiais de construção bem na rua principal de acesso as praias não conseguiram efetivá-la. O conselheiro Márcio comenta que esta sendo criado um pátio para caminhões em local estratégico, que possibilitará aos caminhoneiros deixarem seus caminhões com baixo custo, sendo mais barato que levarem até suas casas. A conselheira Vera comenta que a rodovia SC-415 não tem postos de abastecimento e os caminhões muitas vezes precisam recorrer aos postos de abastecimento do município, para isso é necessário regulamentar o uso das vias urbanas. O conselheiro Sérgio comenta que a cidade de São Paulo só agora esta tentando regulamentar o uso das vias públicas e esta tendo problemas, mas reconhece que esta é a única forma possível. A conselheira Vera comenta que há todo um regramento, porém não há regulamentação e com esta falta está se impedindo o crescimento de Itapoá. A conselheira Leci diz que façam a lei, mas que a regulem juntamente com o Plano Diretor da Cidade. O conselheiro David lê o artigo 2º da lei, onde diz: *“Art. 2º Fica o Poder Executivo, autorizado ainda a conceder estímulos fiscais relativos ao ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir da sanção desta lei, as empresas que venham a se estabelecer efetivamente na zona portuária, dentro de doze meses contados de requerimento protocolado na Prefeitura.”*, pergunta como ficará a cobrança de ISSQN, se estão discutindo a isenção. O conselheiro Márcio Gonzatto explica que a mesma já prescreveu. A conselheira Elaine pergunta a conselheira Vera o que falta para fazer esta regulamentação do tráfego de veículos. A conselheira Vera explica que faltam estudos de tráfego, mapas com as vias mais usadas por estes veículos, horários em que os mesmos trafegam, em que vias estes caminhões poderão passar, para então fazer a regulamentação no código de posturas. O conselheiro Jefferson pergunta a conselheira Vera como ficará a cobrança de ISSQN. A conselheira Vera diz que está em estudo, que está sendo feita uma análise da situação atual de arrecadação do município. O conselheiro Valdecir diz que é favorável a regulamentação do código de posturas da cidade para resolver este problema. O conselheiro David pede a todos para não esquecerem que são representantes de outras entidades e que as mesmas devem ser ouvidas, ou o conselho perderá sua finalidade de entidade. O conselheiro Sérgio diz que foram eleitos para representarem as associações e que podem justificar junto a elas o seu parecer. O conselheiro David rebate dizendo novamente que as bases devem ser ouvidas antes de se emitir pareceres. O conselheiro Paulo, diz ser válido a justificativa, pois a situação é clara e como representantes podem dar seus pareceres agora, repassando após às suas entidades. O conselheiro Márcio concorda com a posição do conselheiro Paulo. A conselheira Vera reforça que o código de postura será regulamentado. O conselheiro Sérgio pede que se coloque em votação. A conselheira Leci comenta que mais uma vez sente a necessidade de regulamentação do plano diretor, pois o código de posturas faz parte do plano diretor. A conselheira Vera comenta que o conjunto de leis pode ser discutido pelo concidade, reforça que estes estudos podem ser feitos nas reuniões do concidade, pois isto faz parte como gestão participativa. A conselheira Leci diz que para isso

precisam de técnicos em todas as áreas e que precisa ser ouvida a comunidade. O presidente põe em votação, se os pareceres serão dados hoje, dez conselheiros votam a favor, o conselheiro David pede que conste em ata a sua recusa. O presidente Rafael pede que cada conselheiro dê seu parecer e exponha seus motivos. O conselheiro José M. Caldeira é favorável. O conselheiro Valdecir é favorável. A conselheira Sônia é favorável. A conselheira Elaine é favorável. A conselheira Leci, diz que é necessário finalizar o plano diretor, pede que se faça a regulamentação e vota favorável. O conselheiro David é não favorável, por não ter tido a oportunidade de expor os motivos aos membros das associações. O conselheiro Sérgio é favorável. O conselheiro Márcio concorda com a conselheira Leci, diz que com a regulamentação a cidade crescerá e é favorável. O conselheiro Jeferson é favorável. A conselheira Vera é Favorável. O conselheiro Paulo é favorável. Rafael anuncia que por dez votos a um é aceito a revogação do parágrafo único do artigo terceiro da lei nº 139/1996, pelos conselheiros do concidade. A conselheira Elaine pede que passem com antecedência os documentos para evitar situações como as desta reunião. Rafael pede aos conselheiros a permissão de passar a palavra ao Sr. Patrício, superintendente geral do porto, todos permitem. Sr. Patrício conta a todos que o governo federal fez uma alteração radical sobre o ICMS, que afetará toda Santa Catarina, este desconto de ICMS, já foi aceito pelos outros quatro portos de Santa Catarina, porém Itapoá ainda não se comprometeu. Conta que estará em uma reunião com o governo do estado, pois diante deste desconto o estado terá que fazer compensações e ele gostaria de ter uma representação com voz ativa, como o concidade, para isso pergunta se existe a possibilidade de algum conselheiro o acompanhar a esta reunião, que será na manhã do dia onze, as oito horas e trinta minutos em Florianópolis. Comenta ainda, que Garuva esta tirando proveito da existência do porto de Itapoá para aumentar sua área industrial e assim crescer. Os conselheiros indicam o conselheiro Márcio, que aceita. A conselheira Leci pede ao presidente Rafael que faça um ofício requisitando ao Sr. Prefeito que o parecer da FATMA, para o Gleba, seja feito pela FATMA de Florianópolis, pois estão tendo sérios problemas com a técnica do FATMA de Joinville. O presidente Rafael conta que no dia de ontem em conversa informal com o Prefeito, juntamente com o conselheiro Paulo falavam da possibilidade de transferir o processo de Joinville para Florianópolis, uma vez que os documentos foram entregues como pedido em junho de 2011 e até hoje não houve parecer. O conselheiro David pede que seja indicada a câmara temática para participar das reuniões do FATMA, em relação a este assunto. Rafael convoca a câmara setorial de Produção Físico-Territorial. O conselheiro David comenta que para o servidor público que não atende sua finalidade, existe o superior, a ética e a estrutura para resolver este problema e que a câmara deve ir a estas reuniões para trazer informações relevantes ou não para se tomarem decisões. O presidente Rafael agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às dez horas e trinta minutos. Eu, Reinilda Fiorese, lavrei a presente ata que será lida e aprovada com a assinatura dos presentes.